

PROGRAMA DE GOVERNO

Campanha Suplementar - Governo do Estado de Roraima

Profa. Antonia Pedrosa
Governadora

Bartô Macuxi
Vice-governador

BOA VISTA

2026

1. Apresentação

Este Programa de Governo nasce do compromisso da Federação PT-PCdoB-PV, em aliança com a do PSOL e da Rede Sustentabilidade na composição da chapa majoritária para eleição de governo suplementar de Roraima. Apresenta a Roraima um caminho de reconstrução democrática, desenvolvimento sustentável e justiça social.

Roraima é Amazônia, é fronteira, é diversidade, é juventude, é cultura e é resistência. Por isso, defendemos um projeto de desenvolvimento sustentável, com justiça social, participação popular e respeito aos territórios. Roraima precisa de um governo presente, humano, transparente e capaz de cuidar das pessoas, proteger seus territórios, valorizar seus servidores e transformar suas riquezas em oportunidades reais para a população.

Queremos um Estado que enfrente a fome, reduza desigualdades, fortaleça a saúde e a educação pública, gere emprego e renda, respeite os povos originários, proteja as mulheres, acolha a juventude, promova a diversidade e combata toda forma de violência e discriminação.

Este não é apenas um conjunto de propostas. É um chamado à construção coletiva de um novo ciclo político: com diálogo, coragem, responsabilidade e compromisso com quem mais precisa.

EIXOS ESTRATÉGICOS DO PROGRAMA DE GOVERNO

1. Investir na Educação, Ciência e Tecnologia

Roraima precisa de escolas acolhedoras, infraestrutura digna, acessível e inclusiva, valorização dos profissionais e conexão entre educação, ciência, cultura e desenvolvimento.

Propostas prioritárias

- Valorizar professores e servidores da educação com formação continuada, saúde mental, carreira e condições de trabalho.
- Gestão democrática: fortalecer conselhos escolares, grêmios, participação comunitária e eleição direta para direções escolares, com critérios técnicos e participação da comunidade escolar.
- Escola Aberta: usar escolas nos fins de semana e períodos noturnos para esporte, cultura, reforço escolar, formação profissional, cidadania digital e prevenção à violência.
- Escolas sustentáveis: implantar hortas, compostagem, captação de água, energia solar, educação ambiental, reciclagem e projetos de ciência aplicados à realidade amazônica.

- Reformar e equipar escolas estaduais, com acessibilidade, climatização, bibliotecas, laboratórios, internet e segurança.
- Ampliar o programa Escola de Tempo Integral, adequado à realidade urbana, rural, indígena e de fronteira.
- Implantar programas voltadas à permanência de estudantes de baixa renda no ensino médio.
- Ampliar educação profissional e tecnológica em áreas estratégicas: energia, agroindústria, turismo, logística, comércio exterior, tecnologia, saúde e bioeconomia.
- Estimular pesquisa aplicada em parceria com UFRR, IFRR, Embrapa, Fiocruz, universidades, institutos e setor produtivo.
- Fortalecer a Universidade Estadual de Roraima e sua interiorização regional, Ensino de qualidade e programas de incentivo ao acesso e a permanência dos estudantes.
- Educação profissional territorializada: criar cursos conforme vocações locais: energia, agroindústria, comércio exterior, línguas, turismo, tecnologia, saúde, bioeconomia, logística, pesca, piscicultura e economia criativa.
- Educação indígena e do campo: apoiar PPPs próprios, línguas maternas, transporte escolar do campo, material bilíngue, formação de professores indígenas e infraestrutura adequada nas comunidades.

2. Política para as Mulheres

O Governo Estadual, deve buscar ações para que as mulheres sejam contempladas com a igualdade de direitos em relação aos homens, se alinhar aos programas e serviços oferecidos pelo governo federal que visam garantir a manutenção desta igualdade.

A distribuição de mulheres por cor ou raça mostra que 55,7% delas se declaravam pretas ou pardas e 43,1% se declaravam de cor branca. Regionalmente temos importantes diferenças na autodeclaração de cor ou raça (Relatório Anual Socioeconômico das Mulheres, 2025).

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indicam que Roraima apresenta taxa de aproximadamente 1,9 feminicídio por 100 mil habitantes, uma das mais altas do país. Mesmo com o problema da subnotificação, pois muitas mulheres deixam de denunciar por medo, vergonha ou falta de confiança na proteção do Estado.

Propostas prioritárias

- Criar o Programa Estadual Mulher Segura e Autônoma, integrando segurança pública, saúde, assistência social, educação, Defensoria, Ministério Público, Judiciário e municípios.
- Ampliar a rede de acolhimento, casas de passagem e atendimento psicossocial às vítimas de violência doméstica, sexual e patrimonial.
- Implantar protocolo estadual de atendimento humanizado em delegacias, hospitais e unidades escolares, com prioridade para mulheres indígenas, migrantes, negras, ribeirinhas, mulheres com deficiência e mulheres do campo.

- Fortalecer políticas de geração de renda, qualificação profissional, acesso ao crédito, compras públicas e cooperativas lideradas por mulheres.
- Criar política habitacional prioritária para mulheres chefes de família, em articulação com Minha Casa, Minha Vida, Movimentos Sociais, municípios e Caixa Econômica Federal.
- Fortalecer programas e ações voltadas à saúde Integral das Mulheres, direitos sexuais e reprodutivos.
- Descentralizar o serviço neonatal com a ampliação e implementação de uma unidade na zona oeste e unidades regionais no norte e no sul do estado.
- Implementar atendimento dos serviços de IML nas regiões norte e sul do estado.

3. Acabar com a Fome e Garantir Segurança Alimentar

Combater a fome é prioridade ética, social e econômica. Em Roraima, os programas e ações da política alimentar devem considerar a situação da pobreza urbana e do campo, comunidades indígenas, população migrante e o custo logístico dos transporte e da produção de alimentos.

Propostas prioritárias

- Criar o Plano Estadual Roraima com Segurança Alimentar, com busca ativa de famílias vulneráveis e integração entre CadÚnico, assistência social, saúde, educação e agricultura familiar.
- Ampliar os restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos com serviços de qualidade e parceria com a agricultura familiar.
- Ampliar compras públicas da agricultura familiar para merenda escolar, hospitais, presídios e equipamentos de assistência social.
- Criar programa de hortas urbanas, quintais produtivos, feiras populares e apoio técnico a pequenos Produtores, em parceria com MDA, Embrapa e later.
- Merenda regionalizada: priorizar alimentos frescos, orgânicos quando possível, produtos da agricultura familiar, pescado, mandioca, frutas regionais e cardápios adequados às comunidades indígenas, do campo e migrantes.

4. Saúde Integral de Qualidade

A saúde pública estadual precisa reduzir filas, fortalecer o atendimento especializado, valorizar profissionais, interiorizar serviços e responder às especificidades de fronteira, saúde indígena e doenças amazônicas.

Propostas prioritárias

- Implantar mutirões permanentes de consultas, exames e cirurgias eletivas.
- Valorizar profissionais da saúde com plano de formação, gestão de carreira, segurança no trabalho e melhoria das condições de infraestrutura e suprimentos.
- Criar policlinicas regionais no sul do estado e na zona oeste de Boa Vista para o atendimento de consultas especializadas e procedimentos de média complexidade para reduzir filas e deslocamentos.

- Reforçar a vigilância epidemiológica, combate à malária, dengue, doenças respiratórias, desnutrição, violência sexual de crianças e adolescentes.
- Regulação pública transparente: criar painel público de filas para consultas, exames, cirurgias e leitos, com proteção de dados pessoais e classificação de risco.
- Programa Telessaúde: integrar especialistas, unidades de saúde, hospitais regionais, comunidades distantes e equipes de atenção básica para reduzir deslocamentos desnecessários.
- Rede de cuidado pós-pandemia e saúde mental: atender sequelas da Covid-19, sofrimento psíquico, álcool e outras drogas, suicídio, violência e saúde mental de estudantes, professores, policiais, servidores e profissionais de saúde.
- Saúde da mulher, da criança e da pessoa idosa: qualificar pré-natal, parto, puerpério, prevenção ao câncer, vacinação, primeira infância, cuidados domiciliares, Centros-Dia e proteção contra violência.
- Saúde indígena: atuar de forma cooperativa com União, Sesai, DSEIs e organizações indígenas, respeitando competências federais e priorizando vigilância, nutrição, saneamento, logística e proteção humanitária.

5. Gerar Emprego, Renda e Desenvolvimento Sustentável

Com a interligação energética e a posição fronteiriça, Roraima pode iniciar novo ciclo de desenvolvimento, combinando segurança jurídica, regularização, infraestrutura, inclusão produtiva e fortalecimento da economia popular.

Propostas prioritárias

- Criar o Plano Roraima Trabalho para Bem Viver, com metas de primeiro emprego, qualificação profissional, estágio, aprendizagem e apoio ao empreendedorismo popular.
- Estruturar distrito ou parque industrial sustentável, aproveitando a energia mais estável e atraindo agroindústria, alimentos, madeira legal, logística, tecnologia e serviços.
- Fortalecer economia de fronteira com Guiana e Venezuela, com foco em comércio exterior, turismo, transporte, serviços aduaneiros, capacitação bilíngue e apoio a micro e pequenas empresas.
- Criar programa estadual de compras governamentais para microempreendedores, cooperativas, mulheres, jovens, indígenas e produtores locais.
- Criar programa de transição energética com energia solar em prédios públicos, escolas, hospitais e comunidades isoladas.
- Estruturar logística estadual: estradas vicinais, pontes, aeroportos regionais, apoio ao transporte de produção e integração com Guiana e Amazonas.
- Apoiar micro e pequenas empresas com crédito orientado, simplificação, compras públicas e capacitação.
- Banco do Povo/Fomento à Economia Popular: capitalizar a agência de fomento estadual para microcrédito produtivo orientado a mulheres, jovens, pessoas com deficiência, agricultores familiares, pescadores, cooperativas e microempresas.

- Economia solidária e cooperativismo: criar incubadoras de cooperativas, centrais de comercialização e assistência técnica para trabalhadores urbanos, produtores rurais, catadores, artesãos, indígenas e migrantes.
- CEASA e rede de abastecimento: avaliar a implantação de central de distribuição de alimentos para integrar produção do sul do estado, agricultura familiar, mercados populares, merenda escolar e compras públicas.
- ZPE e Distrito Industrial Sustentável: reorganizar áreas industriais com energia estável, licenciamento seguro, saneamento, logística, qualificação e prioridade a pequenas indústrias, agroindústria, alimentos e serviços de exportação.
- Tecnologia e bioeconomia: fomentar startups, pesquisa aplicada e cadeias sustentáveis em cosméticos, fitoterápicos, alimentos regionais, bioinsumos, madeira legal rastreada, energia solar e soluções para fronteira.
- Turismo de base local: estruturar circuitos turísticos internos, culturais, indígenas, de natureza, esporte de aventura, gastronomia, artesanato e integração com Guiana, Venezuela e Amazonas.
- Agricultura familiar e produção de alimentos: fortalecer crédito, assistência técnica, mecanização apropriada, irrigação eficiente, sementes, agroecologia, piscicultura, pesca artesanal e beneficiamento local.

6. Preservar o Meio Ambiente e Enfrentar a Crise Climática

Roraima deve crescer protegendo a Amazônia, os rios, as áreas de preservação permanente, a biodiversidade e as comunidades indígenas que são protetores do território. Investir no Saneamento como política de saúde, meio ambiente, dignidade e desenvolvimento com plano articulado entre estado e municípios.

Propostas prioritárias

- Criar o Plano Estadual de Desenvolvimento de Baixo Carbono, com metas de redução do desmatamento, restauração, prevenção a queimadas e recuperação de áreas degradadas.
- Fortalecer fiscalização ambiental, monitoramento por satélite, combate ao garimpo ilegal, grilagem, retirada de madeira ilegal e poluição por mercúrio.
- Promover regularização ambiental e produtiva para quem quer produzir dentro da lei.
- Desenvolver política urbana de adaptação climática, drenagem, arborização, saneamento e proteção de APPs, especialmente em Boa Vista e áreas vulneráveis.
- Apoiar economia verde, créditos de carbono com integridade, pagamento por serviços ambientais e bioeconomia com participação comunitária.
- Promover a universalização do Saneamento com foco em água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem.
- Priorizar soluções descentralizadas para comunidades do campo, indígenas e regiões de baixa densidade.
- Captar recursos federais e estruturar projetos para o Novo PAC, Funasa, Ministério das Cidades e parcerias regionais.

- FEMARH forte e descentralizada: ampliar fiscalização, licenciamento transparente, educação ambiental, monitoramento e presença territorial do órgão ambiental.
- Comitês de bacias e águas subterrâneas: implantar governança participativa sobre rios, igarapés, aquíferos, lagoas urbanas e segurança hídrica.
- Resíduos sólidos e catadores: criar política de coleta seletiva, logística reversa, cooperativas, compostagem e encerramento progressivo de lixões, com inclusão socioeconômica dos catadores.
- Controle de agrotóxicos e proteção da saúde: ampliar fiscalização, educação, rastreabilidade e incentivo à produção orgânica e agroecológica, com atenção à proteção de rios, escolas e comunidades.
- Recuperação de áreas degradadas: usar compensações ambientais, mudas nativas, viveiros regionais, reflorestamento e restauração de APPs urbanas e rurais.

7. Respeitar a Diversidade, Combater Discriminações e Promover a Inclusão

Um governo democrático protege todas as pessoas contra violência, preconceito, exclusão, transfobia, homofobia, sem transformar diferenças em barreiras de acesso a direitos. Inclusão exige diagnóstico, atendimento, acessibilidade, escola preparada, saúde integrada e apoio às famílias.

Propostas prioritárias

- Implementar política estadual de combate à LGBTfobia, racismo, xenofobia, intolerância religiosa e violência política.
- Garantir respeito ao nome social nos serviços estaduais e capacitação de servidores.
- Aplicar políticas baseadas no Estatuto da Igualdade Racial, com foco em acesso a trabalho, educação, saúde, cultura e segurança.
- Criar campanhas e processos formativos educativos permanentes nas escolas, nos serviços públicos e nas forças de segurança voltada ao respeito a diversidade e combate a discriminações.
- Fortalecer acolhimento de migrantes e refugiados com foco em documentação, trabalho, aprendizagem da língua portuguesa e proteção contra exploração.
- Criar o Programa Roraima Acessível e Inclusiva, com metas de acessibilidade em escolas, hospitais, prédios públicos, transporte e comunicação.
- Ampliar atendimento multiprofissional para pessoas com deficiência, autismo e TDAH, articulando saúde, educação e assistência social.
- Promover cursos de formação para professores, cuidadores e equipes escolares para sobre educação inclusiva.
- Criar fluxo estadual para diagnóstico de crianças autistas e com TDAH. Promover intervenção qualificada, reduzir filas de espera e a peregrinação das famílias em busca de laudo.

- Garantir prioridade em programas de qualificação, trabalho protegido e inclusão produtiva.
- Evitar segregação; capacitismo a partir da priorização da inclusão com medidas adequadas.

8. Segurança Pública Cidadã

Estabelecer um Novo Plano Estadual de Segurança Pública. O estado de Roraima enfrenta desafios ligados ao crime organizado, violência urbana, tráfico de drogas na região de fronteira e limitações estruturais das forças policiais. Reestruturar e valorizar a carreira policial; determinar metas objetivas de enfrentamento à violência, resolutividade e redução da criminalidade; ampliar investimentos e garantir os instrumentos necessários ao desempenho da função, incluindo tecnologia, inteligência e planejamento.

Propostas prioritárias

- Criar Programa de Postos de Policiamento Preventivo e Comunitário nos territórios. Fortalecer o Policiamento de Proximidade, aumentar a segurança e diminuir crimes como furtos, roubos, distribuição e consumo de drogas.
- Estabelecer um Programa Estadual de Redução de Mortes da População Negra e Indígena, a partir de um pacto institucional envolvendo órgãos públicos da esfera federal, estadual, dos municípios, além do Ministério Público, do Poder Judiciário, do parlamento (em nível local e nacional), do movimento negro e da sociedade civil, com o objetivo de promover a defesa da vida e a inclusão social e econômica da juventude negra, indígena, LGBTQIAPN+ e periférica.
- Ampliar a capacidade de abrigo de mulheres em situação de violência e seus dependentes. Expansão dos equipamentos da rede e garantia de recursos humanos suficientes para o acolhimento das vítimas;
- Criar um Programa Integrado de Prevenção à Violência nos Territórios Vulneráveis. De caráter transversal e em conjunto com as secretarias da Saúde, Educação e Esporte, Assistência Social e Cultura, a fim de garantir mais oportunidades às juventudes desses territórios.
- Criar um órgão integrado de informação e inteligência entre PM e PC, para subsidiar o planejamento de ações de segurança pública. Promover uma atuação integrada das polícias, deve também qualificar as ações policiais.
- Criar Programa Integrado de Atendimento aos Egressos das Medidas Socioeducativas, em diálogo e integração com os Municípios, Poder Judiciário e com o Governo Federal, para inclusão na escola, em cursos profissionalizantes, inclusive com bolsas de estágio e formação, contando com assistência de saúde, atenção à saúde mental e drogadição e apoio para o ingresso no mercado de trabalho, políticas essenciais para que não voltem a ser envolvidos com criminalidade.

- Fortalecer o Programa Estadual de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário, contando com investimento público para a efetiva formação técnica e profissional e recolocação dos egressos no mercado de trabalho.
- Cultura de paz e Territórios de proteção social: criar protocolos de ação integrada em bairros, vilas, comunidades do campo, nos municípios de maior vulnerabilidade, com busca ativa e atendimento de famílias em risco. mediação comunitária, esporte, cultura, iluminação, urbanismo social e juventude como política de prevenção.
- Programa Sou Cidadão: integrar atendimento a crianças, adolescentes e famílias vulneráveis, com prioridade para combate ao trabalho infantil, abuso sexual, evasão escolar, fome e violência doméstica.
- Proteção das mulheres: regionalizar Delegacias ou núcleos especializados, Patrulha Maria da Penha, abrigo seguro, atendimento 24h quando viável e programas de renda para mulheres em situação de violência.
- Valorização dos servidores da segurança pública: carreira, formação continuada, equipamentos, saúde mental, apoio às famílias, corregedoria independente.
- Sistema prisional e socioeducativo: educação, trabalho, saúde, assistência às famílias, programa para egressos e prevenção ao recrutamento de jovens por facções.

9. Valorizar à Cultura, Juventude, o Esporte e a Identidade Roraimense

Cultura é desenvolvimento, pertencimento, renda e prevenção à violência. Roraima tem um diversidade cultural que deve ser valoriza, trabalhada e fortalecida socialmente. As vivências culturais dos povos indígenas, da população urbana, do campo, fronteira e amazônica necessitam de políticas públicas sociocultural contínua.

Propostas prioritárias

- Implementar Pontos de Cultura em todos os territórios da capital e do campo, com editais simplificados e apoio técnico às diversas áreas.
- Criar Vale-Cultura de Jovem da cidade e do campo para acesso a livros, cinema, teatro, música, museus, eventos e atividades formativas.
- Incentivar teatro, audiovisual, literatura, música, dança, artesanato, cultura indígena, cultura migrante, cultura popular e economia criativa.
- Apoiar calendário estadual de festivais, feiras, circuitos culturais e turismo de experiência.
- Integrar cultura e esporte em programas de juventude, escola integral e prevenção à violência.
- Programas e projetos de valorização aos saberes tradicionais e ancestrais.
- Sistema Estadual de Cultura: plano estadual, conselho fortalecido, editais descentralizados, pontos de cultura, economia criativa, memória material e imaterial e calendário cultural regional.
- Festival de Cultura: valorizar povos originários, línguas, artes, canto, dança, culinária, literatura, audiovisual, artesanato e turismo comunitário, com consulta e protagonismo indígena.

- Audiovisual, livro e artesanato: criar circuitos de cinema, feiras literárias, editais de produção local, formação técnica e espaços de comercialização para artesãos e artistas.
- Esporte nos territórios: promover jogos escolares, campeonatos intermunicipais, esporte indígena, ciclismo, canoagem, futebol comunitário, atletismo e atividades ao ar livre.
- Vilas e complexos esportivos: priorizar equipamentos regionais, manutenção dos espaços existentes e parcerias com municípios, federações e escolas.

10. Proteger Direitos dos Povos Originários

Roraima deve ser referência nacional em respeito aos povos indígenas, suas línguas, culturas, territórios e modos de vida, com cooperação federativa.

Propostas prioritárias

- Criar uma instância estadual permanente de diálogo com organizações indígenas, respeitando autonomia, representatividade e protocolos próprios de consulta.
- Apoiar educação escolar indígena, formação de professores indígenas, material didático bilíngue e fortalecimento das línguas maternas.
- Atuar de forma cooperativa na saúde indígena, saneamento, logística e segurança alimentar, respeitando competências federais.
- Combater garimpo ilegal, aliciamento, exploração sexual, tráfico, contaminação por mercúrio e violência em territórios indígenas.
- Promover economia indígena sustentável, artesanato, turismo comunitário, cadeias da sociobiodiversidade e proteção cultural.
- Integrar segurança, saúde, assistência social e meio ambiente em ações contra garimpo ilegal e crimes conexos.
- Apoiar logística humanitária, vigilância epidemiológica e segurança alimentar em cooperação com órgãos federais.
- Criar protocolo de proteção a crianças, adolescentes e mulheres indígenas contra violência, exploração sexual e tráfico.
- Promover alternativas econômicas legais, sustentáveis e culturalmente adequadas em diálogo com organizações indígenas.
-

11. Defender a Democracia, a Participação Social e a Transparência

Democracia se faz com conselhos representativos, diálogo social permanente, dados abertos, orçamento participativo e transparente.

Propostas prioritárias

- Reestruturar conselhos estaduais inativos e criar espaços de participação para juventude, mulheres, povos indígenas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, cultura, segurança alimentar e meio ambiente.

- Implantar orçamento participativo estadual por regiões, com audiências públicas presenciais e digitais.
- Criar portal de metas do governo, com monitoramento público dos compromissos de campanha.
- Fortalecer ouvidoria, corregedoria, controle interno, integridade pública e proteção a denunciadores de irregularidades.
- Orçamento participativo regional: dividir o estado em regiões administrativas para audiências públicas, prioridades territoriais e acompanhamento de investimentos.
- Governo digital e transparência ativa: criar portal de metas, obras, filas, contratos, convênios, emendas, licenças ambientais e indicadores sociais.
- Escritório de projetos: preparar projetos executivos para captar recursos federais e internacionais em saúde, educação, saneamento, habitação, infraestrutura, energia e clima.

12. Defender um Estado Forte, Soberano, Moderno e Eficiente

Estado forte não é estado inchado: é estado presente, planejado, transparente, com servidores valorizados, capacidade de investimento e foco em resultados sociais.

Propostas prioritárias

- Valorização dos servidores: formação permanente, saúde ocupacional, mesa de negociação, concursos para áreas críticas e redução gradual da precarização de vínculos.
- Auditoria e diagnóstico de governo: realizar levantamento inicial de contratos, obras paralisadas, convênios, dívidas, filas, compras, judicialização e passivos administrativos.
- Recuperar capacidade de planejamento estadual, com projetos executivos prontos para captar recursos federais e internacionais.
- Modernizar a gestão pública com governo digital, simplificação de serviços, atendimento integrado e combate à burocracia.
- Valorizar servidores públicos com formação, gestão por competências, saúde ocupacional e diálogo institucional.
- Criar Escritório de Projetos Estratégicos para infraestrutura, habitação, saneamento, saúde, educação, energia, estradas e desenvolvimento regional.
- Fortalecer a presença de Roraima em Brasília, na Amazônia Legal e em agendas internacionais de fronteira, clima, migração e desenvolvimento.

13. Moradia Popular Urbana e do Campo

O déficit habitacional na Região Norte é proporcionalmente elevado, e Roraima aparece entre os estados com maior proporção de déficit em relação ao total de domicílios, tendo o ônus excessivo com aluguel como componente relevante.

- Criar o Programa de Moradia com contra partida, destinado a subsidiar financiamentos habitacionais vinculados ao Programa Minha Casa, Minha Vida, beneficiando famílias de baixa e média renda,
- Garantir a regularização fundiária dos lotes urbanos e moradias com atenção à titularidade para as mulheres, incentivar o atendimento prioritário às mulheres em situação de violência e mulheres chefes de família na concessão de unidades habitacionais e aluguel social, e adequar os equipamentos públicos para o atendimento às pessoas com deficiência;
- Garantir o direito à moradia para a população em situação de rua, através de um leque de alternativas como previsão de cotas nos programas habitacionais; atendimento através de locação social; auxílio aluguel; serviço social de moradia; credenciamento de hotéis; e criação de repúblicas.
- Ampliar, aperfeiçoar e implementar o Programa integrado de Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários, envolvendo a regularização e a implantação de infraestrutura (saneamento, drenagem, iluminação pública, implantação de viário, conectividade), tratamento de áreas de risco, provisão e melhorias habitacionais, assistência técnica (ATHIS), instalação de equipamentos sociais e áreas verdes, tratamento de áreas ambientalmente frágeis.